

O CASTELO DE PAPEL E O TOPO DA MONTANHA: O CENTRO DE LÍNGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**THE HOUSE OF CARDS AND THE MOUNTAIN TOP: THE LANGUAGE CENTER OF THE STATE OF SÃO PAULO**Adilson do Nascimento Gomes¹

Submetido em: 23/08/2020

Aprovado em: 09/03/2023

RESUMO

O Centro de Estudo de Línguas – CEL, o castelo de papel, construído por decretos, resoluções, diretrizes etc., ao longo do tempo alçou o topo da montanha como um dos projetos mais profícuos e longevos da Secretaria de Estado de Educação de São Paulo – SEE/SP. Criado, inicialmente, para concretizar o desejo de integração latino-americana, o CEL, além de superar a situação do monolinguismo imposta aos alunos da rede, é um espaço onde circulam narrativas exitosas relacionadas ao mercado laboral. Considerando assim o mercado global, apresenta uma forma de decodificar o Centro de Línguas como espaço de ensino de Línguas Estrangeiras Modernas – LEM tomando como meta também o mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Centro de Estudo de Línguas. Políticas Linguísticas. Ensino de LEM. Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

The Language Study Center of São Paulo – CEL, the house of cards, built by decrees, resolutions and guidelines over time has risen to the top of the mountain as one of most fruitful and long-lived projects of São Paulo's Secretary of Education. Initially created to fulfill the desire for Latin American integration and overcome the monolingualism imposed to students from public schools, it is a place where successful narratives related to the labor market circulate. Thus, considering the global market, this article aims to decode the Language Center as a teaching place for MFL, also targeting the professional market.

KEYWORDS: Language Study Center. Linguistic Policies. Teaching LEM. Labor Market.

PRIMEIRAS PALAVRAS

A São Paulo da década de 1980 é o cenário de criação do Centro de Estudos de Línguas (doravante, vez ou outra, CEL) em um contexto de integração latino-americana que culminou na instituição de políticas linguísticas para o ensino do idioma espanhol e, logo, outras línguas estrangeiras modernas no âmbito das escolas da rede estadual de ensino de São Paulo.

Em mais de trinta anos de existência, o CEL coleciona uma incontável quantidade de narrativas de sucesso com os idiomas aprendidos no Centro de Línguas. As narrativas mais comuns referem-se, principalmente às relacionadas a êxitos profissionais, tanto na inserção como na manutenção dos indivíduos no mercado de trabalho, usando profissionalmente as línguas estrangeiras modernas estudadas e aprendidas no CEL.

Após vinte e dois anos da publicação do Decreto nº 27.270/1987, que criava o Centro de Estudos de Línguas no âmbito da rede estadual de ensino, a Resolução 84 de 06/11/2009, publicada no Diário Oficial do Estado, em 07 de novembro de 2009, autoriza a implantação e o funcionamento de uma

¹ Mestre em Linguística pela Universidade de Franca, Graduado em Pedagogia pela Universidade Metropolitana de Santos. Docente da graduação na Universidade Metropolitana de Santos e Administrativamente, Coordenador Pedagógico do Centro de Estudos de Línguas da Rede Estadual de São Paulo.

unidade do CEL na Escola Estadual Dr. Reynaldo Kuntz Busch, na cidade de Praia Grande, no litoral de São Paulo.

Com o objetivo de proporcionar aos alunos da rede estadual diferentes oportunidades de desenvolver novas formas de expressão linguística e superar a situação de monolinguismo vigente na escola pública estadual, (SÃO PAULO, 1987), a nova unidade do CEL ofereceu no primeiro ano de funcionamento os idiomas: alemão, espanhol, francês e italiano. Tomando como modelo práticas e ações consolidadas nos outros CELs da região, a nova unidade do Centro de Línguas se propunha a desenvolver um trabalho que desse continuidade ao histórico de qualidade de ensino de Línguas Estrangeiras Modernas empreendido e amplamente difundido nos outros Centros de Línguas da região, CEL Martim Afonso, fundado em 1989, e CEL Benedito Calixto, em 2002.

Logo nos primeiros anos de funcionamento, foram emergindo, dentro do CEL, narrativas relacionadas ao mundo laboral: tanto narrativas de ingresso no mercado de trabalho quanto de manutenção do emprego por meio de promoção. A forma como decodificávamos o CEL foi se alterando e dando lugar a uma interpretação dos modos de se ensinar LEM na escola pública objetivando, sem perder a direção dos dispositivos legais, orientadores e normativos, uma direção que também apontasse para o mercado de trabalho.

Histórica, social e culturalmente, a aprendizagem de idiomas sempre esteve atrelada ao mundo do trabalho. O Brasil sempre demandou uma grande quantidade de oportunidades para indivíduos que dominassem línguas estrangeiras modernas. Na região da Baixada Santista o Comércio Exterior proporciona através do Porto de Santos um mercado de trabalho propício para quem domina os idiomas inglês e espanhol. A proximidade da capital do Estado, onde estão instaladas diversas multinacionais, reafirmam esse movimento e demandas por profissionais proficientes, o que reforça a demanda por profissionais aptos, principalmente, nos dois idiomas.

O Estado de São Paulo abriga o maior centro de consumo, industrial, comercial e financeiro da América do Sul, legitimando dia a dia seu status de “motor econômico” do Brasil. Do total do comércio internacional do estado paulista (em valores), cerca de 60% são embarcados ou desembarcados através do Porto de Santos (PORTO DE SANTOS, 2020, online).

Diante de todo o exposto, o objetivo deste artigo é delimitar um percurso para o olhar do Centro de Estudos de Línguas, considerando o espaço da escola pública onde ele está inserido e os aspectos socioeconômicos contemporâneos que, ao criar novos perfis para o mercado de trabalho, cria também novas necessidades e procedimentos para e no ensino de LEM na contemporaneidade, além de se colocar em um terreno movediço pelas alterações empreendidas na sociedade contemporânea.

Considerar todos esses fatores atrelados aos objetivos legais do CEL é criar percursos capazes de colocar no mercado de trabalho profissionais cada vez mais aptos a atender as demandas do mercado globalizado atual, circulando linguística, discursiva e estrategicamente em situações comunicativas relacionadas ao entorno profissional, já que o CEL também objetiva possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

O movimento de observação e análises, empreendidos neste estudo, considera conceitos de políticas linguísticas, assim como, revisam os textos legais que fundamentam e sustentam o Centro de Estudos Linguísticos como um projeto da pasta da Secretaria Estadual de Educação.

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA O ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

As necessidades e as urgências da sociedade são, ou deveriam ser materializadas por políticas públicas em um conjunto de ações formuladas por um agente público federal, estadual, municipal ou regional. Rodrigues (2010, p. 53) explica que:

políticas públicas são ações de Governo, portanto, são revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e “como fazer” estratégias de ação.

Dentro da estrutura dessas políticas públicas, as políticas linguísticas desempenham, no conjunto de ações elaboradas por um agente governamental, a função de estabelecer estratégias para a implantação e acompanhamento de línguas e suas ações na sociedade. Oliveira (2017, p. 05) aclara que as políticas linguísticas

têm sido entendidas como políticas públicas que resultam da responsabilidade do Estado com relação à língua em vários de seus aspectos, envolvendo a implementação e a manutenção de propostas, resultantes de tomada de decisões, que envolvem órgãos públicos e, algumas vezes, diversos organismos e agentes da sociedade.

Desta forma, as políticas linguísticas estão constituídas pela tomada de decisões políticas sobre as línguas e suas ações na sociedade. Calvet (2007, p. 36) nos lembra que “na política linguística há também política e que as intervenções na língua ou nas línguas têm um caráter eminentemente social e político”, em outras palavras, as políticas linguísticas, assim como a criação do Centro de Línguas em São Paulo refletiu, inicialmente, o desejo de integração latino-americana.

Materializadas na forma de leis, decretos, resoluções etc., essas ações intencionam, em maior ou menor medida, suprir as necessidades de comunicação de uma sociedade e não compreendem apenas a promulgação de uma lei de cunho linguístico, mas também a aplicação e a manutenção dessas políticas na sociedade. Apesar de ecoar na sociedade, sabemos que a lei, por si só, não altera a realidade. É nessa perspectiva que implementar políticas linguísticas deve ser entendido como um movimento cotidiano.

Considerando que, desde 1960, São Paulo ocupa o posto de capital mais rica do país (DALL’OLIO, 2019), a criação do Centro de Estudos de Línguas, nesse contexto de implementação da política de integração latino-americana, deu lugar a uma política linguística no Estado, no que concerne a oferta do ensino do idioma espanhol e, logo, de outros idiomas nas escolas públicas de São Paulo.

Atualmente, a capital paulistana é considerada uma grande cidade global. É o principal centro empresarial, financeiro, corporativo e de negócios do país. Além disso, é sede de diversas multinacionais instaladas no país (MOORE BRASIL, 2019). Essas especificidades sociais e culturais do Estado devem ser consideradas nas políticas linguísticas empreendidas.

Desta forma, como assinala Rajagopalan (2014, p. 17),

[...] o ensino de língua de maneira geral, e em especial de línguas estrangeiras, faz (ou se não, deve fazer) parte da política linguística em vigor num determinado país. Isso significa que, ao contrário do que se pensou durante muito tempo, não é apenas a teoria linguística que deve balizar como se deve ensinar uma língua estrangeira (e, em última análise, a língua nacional também). Significa também que os métodos e as

técnicas a serem adotados para o ensino de línguas estrangeiras precisam estar atentos às especificidades sociopolíticas do país em questão, particularmente as coordenadas geopolíticas que, em larga medida, influenciam as atitudes dos cidadãos em relação às línguas em questão, como também as políticas linguísticas adotadas pelos governos.

É neste no contexto socioeconômico da maior capital do país, que um projeto de políticas linguísticas para o ensino de línguas estrangeiras está estruturado a alcançar e suprir as necessidades de comunicação global dos alunos da rede estadual de ensino, promovendo novos horizontes no campo do saber e da profissionalização, oportunizando o “desenvolvimento, ampliação e aprimoramento de novas formas de expressão linguística” (SÃO PAULO, 2014, online).

PERCURSO HISTÓRICO E CONSTITUTIVO DO CEL

O final da década de 1980 apresenta um panorama socioeconômico que deu início ao estreitamento entre os países da América do Sul, que culminaria mais tarde na criação do MERCOSUL. Com a assinatura de acordos econômicos entre Brasil e Argentina, em 1986, o então presidente brasileiro, José Sarney e o então presidente argentino, Raul Alfonsín abrem espaço para que no Brasil constitua uma política linguística de ensino de línguas estrangeiras, que se deu em função de assinaturas de contratos e acordos de política externa entre os países, visando a integração econômica.

Dando continuidade aos acordos empreendidos entre Brasil e Argentina, em 1987, o então Governo do Estado de São Paulo propõe a inclusão das disciplinas de Língua Espanhola e História da América Latina na grade das escolas da rede estadual e inaugura o Memorial da América Latina, em 1989.

Como o projeto de alterar a grade curricular das escolas públicas foi inviabilizado, deu-se origem a um novo projeto para o ensino do idioma Espanhol aos alunos da rede pública estadual de São Paulo. (SILVA, 2017). Assim, por meio do Decreto nº 27.270, publicado no Diário Oficial de 11 de agosto de 1987, o então Governador Orestes Quécia cria, no âmbito da Rede Estadual de Ensino, o Centro de Estudos de Línguas.

Considerando a necessidade de proporcionar aos alunos diferentes oportunidades de desenvolver novas formas de expressão linguística; enriquecer o currículo das escolas públicas estaduais; superar a situação de monolingüismo vigente na escola pública estadual (SÃO PAULO, 1987, online).

A criação dos Centros de Línguas foi a estratégia que melhor se adequou aos objetivos do Governo Estadual. Os CELs, então, passam a funcionar como “Núcleos Aglutinadores” que, ofertariam o ensino de outras línguas em atendimento às necessidades da comunidade.

Os Centros de Estudos de Línguas, como núcleos aglutinadores das diversas culturas que se cruzam neste território, deverão resguardar viva a memória das tradições destes povos cuja língua se tornou patrimônio comum, ressaltando a contribuição dos imigrantes e seus descendentes, decisiva para o progresso socioeconômico de São Paulo e do Brasil (SÃO PAULO, 1989, p. 11).

Assim, dentro das ações de políticas de integração latino-americana, o CEL nasce “em princípio para oferecer curso gratuito de espanhol aos alunos da rede estadual no contraturno das aulas

regulares. Posteriormente, passou por nova regulação, que ampliou a oferta de idiomas” (SÃO PAULO, 2011, online).

Apesar da redação do Decreto discursivizar que o Centro de Estudo de Línguas teria por “finalidade proporcionar aos alunos das escolas públicas estaduais uma possibilidade diferenciada de aprendizagem de várias línguas estrangeiras modernas, com prioridade para língua espanhola” (SÃO PAULO, 1987, online), inicialmente o CEL oferecia apenas o idioma espanhol como determinava a Resolução SE nº 271, de 20-11-87, art. 1º, parágrafo único: “No primeiro ano de funcionamento, o Centro proporcionará exclusivamente o ensino da língua espanhola” (SÃO PAULO, 1989, p. 21).

O Centro de Estudo de Línguas foi beneficiado com a criação do Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL. De acordo com Callegari (2019, p. 49),

o interesse pela língua espanhola aumentou consideravelmente a partir dos anos 90. Alguns fatores são apontados para esse crescimento, entre eles, a assinatura do Tratado de Assunção, no Paraguai em 1991, que criou o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a vinda de diversas empresas espanholas para o país.

Fundado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, as características do MERCOSUL, relacionadas às questões culturais, a aproximação linguística e a existência de culturas que se entrelaçam, auxiliam o diálogo regional entre os países (AMARAL JUNIOR, 2000), fomentando assim, o estudo do espanhol e, conseqüentemente, promovendo a expansão e a consolidação do Centro de Estudo de Línguas.

Com o passar do tempo, outros idiomas foram sendo ofertados no CEL, como o francês, o alemão, o italiano, o japonês e o mandarim. A estrutura e carga horária dos cursos se mantém a mesma desde sua criação. Os cursos têm duração de três anos, divididos em seis semestres, o que contabiliza uma carga horária de 480h de estudos da língua estrangeira moderna escolhida pelo aluno.

Importante salientar que até o ano de 2013 o inglês não fazia parte dos idiomas estudados no CEL, quando no ano de 2014, a Resolução SE nº 44/2014 determinou que o idioma, gradativamente, passaria a fazer parte do Centro de Estudos de Línguas com uma roupagem distinta dos outros idiomas. Considerando a oferta da Língua Inglesa em todo o Ensino Fundamental II da escola regular, o Inglês passa a ser um curso oferecido apenas aos alunos matriculados no Ensino Médio. O curso de inglês também possui características distintas em relação à carga horária que é de 160h em uma estrutura anual.

No ano de 2011, o Governo Estadual determinou um investimento no projeto que, passando a considerar municípios com menos de 50 mil habitantes, autorizou a instalação de 142 unidades do CEL em escolas públicas da rede estadual em São Paulo (SÃO PAULO, 2011, online). Atualmente, é autorizada uma unidade do CEL em cada município do Estado de São Paulo que mantém os objetivos iniciais de proporcionar aos

estudantes oportunidades extras de desenvolvimento de expressão em língua estrangeira, com enriquecimento curricular e acesso a outras culturas, além de oferecer a eles habilidades para inserção no mercado de trabalho e ferramentas que os auxiliarão por toda a vida (SÃO PAULO, 2011, online).

Na história do Governo do Estado de São Paulo, o CEL se configura como o mais longo projeto da Secretaria da Educação, o que considera o alto atendimento e os resultados dos alunos da rede.

ALGUNS SENTIDOS SOBRE O ENSINAR LEM NO CEL

O Centro de Estudos de Línguas, projeto de pasta da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, desde sua criação, no ano de 1987, tem se espalhado por todo o Estado, tendo autorizados, ao menos, uma unidade do CEL em cada escola central do Estado de São Paulo. Diante da multitude de sujeitos que gerem e ensinam LEM nas unidades do CEL em todo o Estado, diversos sentidos emergem sobre o que é ensinar Língua Estrangeira na contemporaneidade e ainda mais, dentro dos espaços da escola pública.

Discursos que relacionam o saber de uma língua estrangeira moderna, principalmente o inglês e o espanhol, ao mercado de trabalho e ao sucesso profissional, são dizeres que circulam no ideário social relacionado às línguas estrangeiras. Esses dizeres têm uma relação muito estreita com o cenário de criação do CEL, assim como com o contexto que São Paulo ocupa, atualmente, como o maior centro comercial e de negócios do país.

A capacidade do mercado de trabalho contemporâneo em reter profissionais fluentes em línguas estrangeiras modernas, além de reforçar esses dizeres, nos remete ao processo de integração latino-americana que visava promover uma transição da economia para os mercados internacionais, o que atualmente é uma realidade.

É no contexto desse terreno movediço, que na atualidade

convivemos com a diversidade linguística e cultural e enfrentamos os desafios da comunicação virtual entre as comunidades do mundo, tentamos acompanhar a velocidade com que a língua se transforma para atender as demandas tecnológicas, culturais, sociais e políticas do meio em que está inserida (MELLO, 2019, p. 79).

Assim, considerando que o mercado cada vez mais suprime fronteiras, promovendo a transformação da economia mundial, por meio da intensificação das relações econômicas, políticas, científicas e culturais (LAZZARESCHI, 2018), a interação verbal, seja ela oral e escrita, passa a ter uma importância ímpar no processo de aquisição do idioma estudado.

O exposto até aqui dá conta de compreender que não se pode ignorar o cenário econômico, político e cultural mundial quando se ensina LEM. Esses espaços de ensino e aprendizagem de LEM precisam estar pensados em proporcionar experiências de comunicação em diversas situações de uso, considerando os interlocutores e os mais diversos contextos interacionais.

É neste contexto, que o Decreto 27.270/1987, online, que dá forma à política linguística educacional de ensino de Línguas Estrangeiras no Estado de São Paulo, pode ser compreendido. Em seu parágrafo único afirma que “a criação dos Centros de Estudos de Línguas faz parte de um conjunto de medidas visando modificação e enriquecimento da grade curricular da escola estadual de 1.º e 2.º graus, no que se refere ao ensino de línguas estrangeiras modernas” (SÃO PAULO, 1987, online).

É ainda nessa direção que o Decreto nº 54.758/2009 amplia as direções sobre as perspectivas da Língua Estrangeira no mundo globalizado, observando que o mundo contemporâneo e o mercado de trabalho exigem “cada vez mais o domínio de um idioma estrangeiro” (SÃO PAULO, 2009a, online).

A resolução SE nº 81, de 04/11/2009 reafirma a necessidade de inserir o aluno da rede pública estadual nesse contexto profissional em que as línguas estrangeiras desempenham um importante papel na inserção e manutenção dos sujeitos no mercado de trabalho contemporâneo, já que o CEL figura um espaço dedicado aos alunos da rede “que buscam nesses centros oportunidade de desenvolver e ampliar novas formas de expressão, condições de prosseguir e aprimorar seus estudos da língua estrangeira moderna” (SÃO PAULO, 2009b, online).

Considerando esses direcionamentos legais e a observação das relações dos mercados contemporâneos mundiais que alteram as relações de trabalho, a interação impulsiona os mercados, criando sentidos que de a retenção de profissionais que dominem uma língua estrangeira.

É nessa direção que os sentidos de se aprender LEM no CEL tem maior aderência dos estudantes, quando questões comunicativas relacionadas ao entorno profissional constituem parte dos estudos linguísticos, já que, permeados de sentidos, o ensino de Línguas Estrangeiras alicerçadas em estratégias de interação e uso da língua em situações reais de uso, promovem a fluidez, ou seja, a capacidade discursiva necessária para o estudante circular nos espaços de trabalho fazendo uso da língua meta.

As Diretrizes Curriculares para o Centro de Estudo de Línguas do Estado de São Paulo (2019, p. 08) discursivizam que:

tal formação deve estar baseada nas demandas e necessidades atuais de comunicação oral e escrita em diferentes contextos, sob a perspectiva da abordagem do ensino e aprendizagem de línguas para a ação-comunicação, à luz de princípios que regem a projetos plurilíngues e pluriculturais.

[...]

Além desses aspectos, é preciso considerar o perfil do aluno dos CEL e como as LEM podem contribuir para a sua formação diante dos desafios colocados pela sociedade contemporânea, relacionados a uma formação integral, participativa, crítica e plurilíngue para o mundo do trabalho.

Analisar todo esse contexto é considerar que ele não atinge apenas os estudantes, mas inicialmente as instituições que ensinam LEM na formulação de planos que contemplem a perspectiva do mercado global atual.

Não se ensina e não se aprende a esmo. Os sujeitos envolvidos nesses processos são levados a ensinar a aprender pelas visões que possuem, do que ensinar a aprender para alcançar capacidades para a ação na língua meta (ALMEIDA FILHO, 2012).

Em outras palavras, dentro desse contexto, para selecionar e colocar em relevo habilidades para o desenvolvimento de capacidades de interação, centrados no contexto de alinhamento de mercados internacionais, é preciso trabalhar algumas competências como: linguísticas, sociocultural, pragmática-discursiva/textual, referencial e estratégicas.

A competência linguística diz respeito à definição de objetivos linguísticos para a aprendizagem: conhecimentos de regras e estruturas da língua (modelos fonéticos, lexicais, gramaticais e textuais do sistema linguístico), a competência sociocultural refere-se ao conhecimento e apropriação das normas

sociais e interacionais presentes nas diferentes relações e contextos entre indivíduos. O trabalho com situações de comunicação contextualizadas que determinam a coesão e a coerências dos parâmetros da comunicação que é produzida e interpretada dizem respeito à competência pragmática-discursiva/textual. A competência referencial refere-se à aquisição de outras informações com base nas que já possui, de acordo com as experiências de mundo e suas relações e por fim as competências estratégicas que se relacionam à escolha das melhores estratégias de comunicação eficazes para se atingir um determinado objetivo (BERTOCCHINI, CONSTANZO, 2008, grifos nosso).

É neste contexto que pensar o ensino de LEM como um lugar de experimentação dos fatos do mundo contemporâneo, ou seja, comunicativos, culturais, econômicos, políticos etc., culminará em uma experiência mais centrada no real com a sua estrutura fixada no desenvolvimento da produção e compreensão da linguagem oral.

De acordo com o texto do artigo 3º do Decreto 54.758 de 10/09/2009, “o ensino da língua estrangeira moderna nos Centros de Estudos de Línguas – CELs, deverá enfatizar o domínio da linguagem oral ou o seu carácter instrumental e de acesso à cultura de outros povos e civilizações” (online), já que o processo de aprendizagem de uma língua, seja ela qual for, compreende a articulação de diversos fatores que não apenas o idioma.

Assim sendo, é urgente considerar que ensinar LEM não se trata apenas de acúmulo de vocabulário e do conhecimento de regras gramaticais, o que desconsidera o movimento evolutivo das relações comunicativas no mundo e dos processos de abertura dos mercados.

Desta forma, o ideário que circula nas unidades do CEL é o de que esses espaços de trabalho se tornem efetivamente um lugar de interação e construção de práticas orais, alicerçadas no desenvolvimento das competências linguísticas, sociocultural, pragmática-discursiva/textual, referencial e estratégicas, não apenas como estruturas de produção e compreensão descoladas da realidade que nos cerca, mas alicerçadas em ações que facilitam e discursivizam tais práticas.

OUTRAS PALAVRAS

Entendidas como atribuições do Estado, as políticas linguísticas promovem o planejamento e a implementação de ações de ordem linguística que respondam às necessidades de comunicação da sociedade. Neste contexto, em São Paulo, recortamos para esta pesquisa o Centro de Estudos de Línguas da Secretaria Estadual de Educação como objeto de observação deste estudo.

Intitulado *O Castelo de Papel e o Topo da Montanha: o Centro de Estudo de Línguas de São Paulo*, este artigo faz referência ao longo e profícuo histórico do CEL que alçou, ao longo de mais de trinta anos de existência, o projeto de pasta a um lugar de destaque na Secretaria Estadual de Educação.

O CEL, além de ser um espaço enunciativo de ensino de Línguas, é um lugar de enunciação de narrativas contemporâneas relacionadas à aprendizagem de LEM nos Centros de Estudos de Línguas. A observação de como se comporta a movente economia mundial, direcionam nosso olhar para o projeto da Secretaria Estadual de Educação que se propõe a ensinar Línguas Estrangeiras de forma gratuita aos alunos da rede.

É na observação do movimento da economia mundial e nos processos evolutivos da comunicação na contemporaneidade, que a forma como se decodifica o CEL dentro da escola pública se altera e se modifica constantemente, criando novos espaços de enunciação de narrativas de alunos e ex-alunos que obtiveram êxito no mercado de laboral, trabalhando com o idioma que aprenderam no CEL.

O processo de transformação que a língua sofre, cotidianamente, espalhada em diferentes plataformas (MELLO, 2019) ao redor do mundo, coloca em relevo as necessidades que o mercado de trabalho adquire, desta forma as políticas linguísticas, neste cenário de conjuntura política e socioeconômica, intervêm na realidade. É neste contexto, que olhar para fora das janelas do castelo nos indica os caminhos a serem percorridos para proporcionar aos estudantes de LEM uma trajetória que os coloquem, por meio do estudo e aprendizagem dessas línguas, no centro dessas transformações.

A enunciação dessas experiências, inseridas em demandas contemporâneas, bem sucedidas no uso da língua meta, além de dar sentido ao percurso de aprendizagem dos estudantes e estimular outros alunos, altera a forma como o CEL estrutura o ensinar, repensando os processos, alterando metodologias e dando encaminhamentos que propiciem que outras narrativas se produzam e circulem no Centro de Estudos de Línguas, ou seja, nos espaços da escola pública.

Deste modo, compreendemos que implementar políticas linguísticas para o ensino de LEM dentro da escola pública é um exercício diário que coloca em movimento os dizeres materializados em documentos legais de planejamento dessas políticas. Assim, considerar questões econômicas, que inseridas num processo contemporâneo de abertura dos mercados internacionais, altera os focos e os objetivos do ensino de LEM, ou seja, implementar políticas linguísticas é uma prática cotidiana e de responsabilidade de quem gere e ensina LEM no CEL.

É neste contexto que

antes de produzir fatos descritivos da situação específica de ensino e recorrer a procedimentos de planejamento visando à definição da experiência linguística, cultural e comunicativa de um curso de língua é preciso conhecer pelo menos os dados principais do contexto maior onde se insere a situação de ensino e explicar os pressupostos sobre língua/linguagem humana, ensinar e aprender línguas (ALMEIDA FILHO, 2012, p. 32).

A relevância deste estudo está na observação do Centro de Estudos de Línguas como um projeto que, dentro da Secretaria Estadual de Educação, se compara a um castelo de papel que alçou o topo da montanha. Dentre os principais fatores relacionados ao alcance de um projeto de pasta a um lugar tão alto, construído de forma tão frágil, está a decodificação de que as políticas linguísticas para o ensino de línguas no CEL devem ser implementadas cotidianamente dentro da escola.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. **Quatro Estações no Ensino de Línguas**. Campinas: Pontes, 2012.

AMARAL JUNIOR, Alberto do. Mercosul: características e perspectivas. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 37, n. 146, p. 291-307, abr./jun. 2000.

BERTOCCINI, Paola; COSTANZO, Edvige. **Manuel de Formation Pratique pour le professeur de FLE**. Paris: Clé International, 2008.

CALLEGARI, Marília Oliveira Vasques. Diretrizes Curriculares para o Ensino de Idiomas no CEL: Espanhol. In: SÃO PAULO. **Diretrizes Curriculares para os Centros de Estudos de Línguas do Estado de São Paulo (CEL)**. São Paulo: [s. n.], 2019, p. 49-58.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

DALL'OLIO, Carolina. A metrópole improvável: por que São Paulo virou a maior cidade do Brasil. **Exame online**, 2019. Disponível em: <https://exame.com/economia/a-metropole-improvavel-por-que-sao-paulo-virou-a-maior-cidade-do-brasil/>. Acesso em: 13 jun. 2020.

LAZZARESCHI, Noêmia. Globalização da economia e reestruturação produtiva: as repercussões sociais das novas configurações do trabalho. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 54, n. 1, p. 93-105, jan./abr. 2018.

MELLO, Giana Maria Candido Giani de. Diretrizes Curriculares para o Ensino de Idiomas no CEL: Inglês. In: SÃO PAULO. **Diretrizes Curriculares para os Centros de Estudos de Línguas do Estado de São Paulo (CEL)**. São Paulo: [s. n.], 2019, p. 77-87.

MOORE BRASIL. **São Paulo**: principal centro financeiro e corporativo do país. São Paulo: Moore Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.moorebrasil.com.br/blog/sao-paulo-principal-centro-financeiro-e-corporativo-de-pais/>. Acesso em: 13 jun. 2020.

OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes de. Políticas Linguísticas, cidadania e ensino de Língua Portuguesa. **Linguagem e Cidadania**, v 19, jan./dez. 2017.

PORTO DE SANTOS. **Área de Influência**. Santos: Porto de Santos, 2020. Disponível em: <http://www.portodesantos.com.br/relacoes-com-o-mercado/area-de-influencia/>. Acesso em: 13 jun. 2020.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O ensino de língua estrangeira como uma questão política. In: MOTA, Katia; SCHEYERL, Denise. **Espaços Linguísticos**: resistências e expansões. 2. reimp. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 15-24.

RODRIGUES, Marta Maria Assunção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SÃO PAULO. **Decreto 54.758**, de 2009a. Dispõe sobre os Centros de Estudos de Línguas - CELs e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, 2009a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2009/decreto-54758-10.09.2009.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SÃO PAULO. **Decreto nº 27.270/1987**. Cria, no âmbito da rede Estadual de Ensino Centros de Estudos de Línguas e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, 1987. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1987/decreto-27270-10.08.1987.html>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SÃO PAULO. **Diretrizes Curriculares para os Centros de Estudos de Línguas do Estado de São Paulo**. São Paulo: CEL, 2019.

SÃO PAULO. **Resolução SE 44, de 14/08/2014, republicada em 22/08/2014**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos centros de Estudos de Línguas – CEL e dá providências correlatas. São Paulo: CEL, 2014. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/44_14.HTM?Time=13/07/2015%2013:54:04. Acesso em: 22 jun. 2020.

SÃO PAULO. **Resolução SE 81, de 04/11/2009b**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Centros de Estudos de Línguas - CELs, e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, 2009b. Disponível em:



http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/81_09.HTM?Time=12/30/2009%201:02:09%20PM .

Acesso em: 21 jun. 2020.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. **CEL – Centro de Estudos de Línguas**. São Paulo: FDE, 1989. 44 p. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/centro-estudo-linguas>. Acesso em: 23 jun. 2020.

SEE. **Alckmin anuncia 142 novos Centros de Estudos de Línguas 19/08/2011**. São Paulo: Portal do Governo. Secretaria Estadual da Educação de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/alckmin-anuncia-142-novos-centros-de-estudos-de-linguas-1/>. Acesso em: 13 jun. 2020.

SILVA, Otávio de Oliveira. **O Centro de Estudos de Línguas (CEL) na história do ensino de língua japonesa nas escolas públicas paulistas**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8157/tde-11122017-152049/publico/2017_OtavioDeOliveiraSilva_VCorr.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

